

AIRES A. NASCIMENTO

CÍCERO EM PORTUGAL:  
MOMENTOS DE HUMANISMO CÍVICO

1. *Em espírito humanista: associação entre vida activa e contemplativa*

Tal como acontecia em âmbito europeu, o nome de Cícero está associado, na cultura portuguesa quatrocentista, mais que a um modelo de estilo, sobretudo, e primariamente, à expressão de um ideal de humanismo cívico, feito de associação do culto das letras com a acção por parte de uma aristocracia do espírito que procura enobrecer-se por actividades em prol da colectividade humana de que faz parte, a começar por uma expressão renovada em linguagem vernácula, como resultado de imitação agónica com os textos antigos(1). Alargam-se leituras que secundam e motivam novos empreendimentos concebidos como ilustração não apenas de uma linhagem individual mas de toda uma comunidade humana que em nova idade ultrapassa os laços de sangue. Essa idade, na contagem do cronista Fernão Lopes, será a sétima, designação que tem um conteúdo renovado, como plenitude no teatro de uma história que é dádiva última de uma Providência que escolheu novos homens para soerguer um povo inteiro. Terá essa idade uma nova linguagem, não restrita a iniciados, mas familiar a homens comuns, o vernáculo, agora renovado com a ciência colhida nos antigos. Por isso mesmo os textos da sabedoria de ontem passarão a essa

(1) O ideal remonta ao próprio Cícero, quando no *Pro Archia* defende a utilidade social dos *studia humanitatis et litterarum*, com isso significando o empenho em desenvolver as qualidades humanas que as letras proporcionam. Em perspectiva histórica, estamos num momento em que a assumpção de um modelo cultural inspirado pela Antiguidade ganha particular relevo, mediante a existência de mestres que a isso se consagram. O servilismo do modelo ciceroniano tem os seus críticos, emblematicamente representados por Erasmo. As reacções criadas em torno do seu *Ciceronianus sive de optimo dicendi genere*, Basileia, J. Froben, 1528, são mais que conhecidas e não será aqui lugar para delas nos ocuparmos; baste lembrar a parte que envolve um humanista português, Damião de Góis, que esteve ligado ao Roterdamense, mas em Bolonha, aquando da sua formação universitária (em decisão que tivera origem no próprio Erasmo), se deixou levar a defender posições mais radicais que a do Mestre. Sabido é também que a formação do humanismo cívico remonta, na nova idade, a Coluccio Salutati e tem em Leonardo Bruni um arauto no seu *Cicero Nouus*. Tal 'humanismo cívico' ultrapassa obviamente a assumpção da retórica ciceroniana e vê na figura do orador o cidadão interveniente; cf. Jerrold Seigel, *Civic Humanism or Ciceronian Rhetoric?*, «Past and Present» 34, 1966, 3-48; María Morrás, *Manifestos del humanismo*, Barcelona 2000.

linguagem, a fim de que a lição do passado não fique sem efeito nos novos tempos (2).

O intérprete concreto desse novo ideal é o cavaleiro, que se quer homem ilustrado nas letras e empenhado em actividades cívicas ou militares, honrando a sua actuação no «meio estado entre os puramente auctivos (...) e os sotiis speculativos» (para nos servirmos de fórmula que pertence a um dos mais lídimos representantes da cultura portuguesa daquele tempo, o Infante D. Pedro de Portugal) (3). A figura de Júlio César ganha relevo, pelo facto de interpretar ambas as facetas de homem de letras e de homem de acção (militar e governativa) (4), mas, nos momentos de ócio, é a leitura de Cícero que adquire lugar de primeiro plano pela sabedoria que transmite e pelo pragmatismo que revela nos seus textos, pois não apenas especulam, mas ensinam (5).

Em Portugal, a aventura de África, começada em 1415, abriu portas aos cavaleiros para experimentarem o seu valor militar em novos cometimentos que o cenário da Cristandade excluía, a não ser em algum caso esporádico e restrito (como era o do reino de Granada, onde continuava o Mouro a estar presente). No Norte de África, não deixavam os cavaleiros, em momentos de ócio, de se entregar a leituras (de novelas ou outras) e aí se dedicavam a traduções, que, se compensavam alguma falta de criatividade poética própria, sustentavam um ideal de afirmação de grupo, agora

(2) Aires A. Nascimento, *Nova idade, nova linguagem: entre afecto e alto desempenho de funções, a palavra no séc. XV português*, in *Humanismo para o nosso tempo – Homagem a Luís de Sousa Rebelo*, ed. Aires A. Nascimento et alii, Lisboa 2004, 33-57.

(3) Assim escreve ele na introdução ao *Livro da Virtuosa Benfeytoria*, ed. Adelino de Almeida Calado, Coimbra 1994, I. 16. 8: «minha tenção he de fazer esta obra soamente pera mim e pera quaaesquer outros principes e senhores que teemos meyo stado entre os puramente auctivos, de cuja conversação nos alongamos, e os sotiis speculativos, dos quaaes per participação aprendemos muitas cousas».

(4) A figura de César compensa e transfigura personalidades que, como Afonso X, não podem apresentar feitos bélicos de envergadura, mas são trabalhadas pelo topos da conjugação das armas com as letras. Em César convergem três factores, assinalados já pelo *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*: espírito combativo (contra Pompeio), conquistas inigualáveis, cabeça linhagística (através da adopção do seu nome pelos sucessores). A tradução vernácula dos *Facta et dicta memorabilia* de Valério Máximo contribui também para acentuar valores que se reconhecem prioritariamente em César: valor militar, gosto pelas letras, eloquência confirmada, clemência para com os vencidos, equidade na aplicação da justiça. Cf. Isabel Beceiro Pita, *César, ancestro de la nación hispana y espejo de caballeros*, «Euphrosyne» 31, 2003, 369-378.

(5) O prómio da tradução do *De officiis* pelo Infante D. Pedro, a que mais abaixo nos referimos é disso expressão bem marcada: «a mayor parte dos outros [livros] trautam que cousa são as virtudes, quanto, por que, como devem seer prezadas e como veem hūas das outras, ou dos atamentos que ha entre sy; mas enssynam muy pouco como devemos husar dellas». Se necessário é recordar a importância do conteúdo do *De officiis* como tratado de moral prática, cf. Maria Helena da Rocha Pereira, *Nas origens do humanismo ocidental: os tratados filosóficos ciceronianos*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto 'Línguas e Literaturas'» 2<sup>a</sup> sér., 2, 1985, 7-28.

sob uma bandeira que, sendo de um soberano, era também de um povo e da sua língua(6). Procurando a síntese entre vida activa e contemplativa (e ultrapassando o espanto de uma cultura áulica)(7), contrapõe-se o novo cavaleiro ao antigo clérigo / escolar, dedicado à «gramática», e, ostentando com garbo a sua preparação nas letras («para cavaleiro e não letrado, eu arrazoadamente entendo latim» – depõe de si o Infante D. Pedro e o cronista Rui de Pina o confirma)(8), não considera ele menos que, sendo essa preparação suficiente para ler os textos antigos, constitui ela base para promover uma nova acção cívica, partilhando com os outros o que para si é frutuoso, desde que os afazeres diários o permitam(9).

Cícero, pela aplicação que faz dos seus conhecimentos em acção cívica, torna-se leitura inspiradora e modelo de comportamento reconhecido e aceite(10). Traduzindo o *De officiis*, o novo cavaleiro, que é o Infante D. Pedro, propõe-se servir a comunidade a que pertence, «por aproveitar aos portugueses amadores de virtude que nom som ou ao adiante nom forem latinados». Um século mais adiante, para outros constitui ufania estar sob «si[g]no de latim» e fazer com que as armas e as letras se conjuguem em síntese harmoniosa, «pois nom bota a lança, ante a faz aguda, / a disciplina da filosofia / a doce, descreta, gentil poesia / que os grandes spiritus esforça e ajuda» (para nos servimos de expressões conhecidas que pertencem a um poeta que atravessa o séc. XV e traduz poemas de Ovídio)(11).

(6) Ceuta era um espaço de excepção, onde os torneios, proibidos noutras partes, eram autorizados e onde se podiam experimentar os ideais da cavalaria. Quanto a traduções, o caso mais recordado é o da *Confessio amantis* de John Gower; a tradução portuguesa, considerada perdida e apenas documentada pelo cólofon da tradução castelhana, foi em tempos recentes trazida a lume em informação circunstanciada tomada também do cólofon sobre o testemunho que consta de manuscrito conservado na Biblioteca do Palácio, em Madrid; cf. Antonio Cortijo Ocaña, *La traducción portuguesa de la Confessio Amantis de John Gower*, «Euphrosyne» 23, 1995, 457-466.

(7) Para o ambiente hispânico, sirva a síntese feita por Ángel Gómez Moreno, *El Prohemio e Carta del Marqués de Santillana y la teoría literaria del s. XV*, Barcelona 1990.

(8) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 125: «foi bem latinado e assaz mystico em ciencias e doutrinas de letras e dado muyto ao estudo».

(9) De novo o Infante D. Pedro na dedicatória do *Livro da virtuosa Benfeytoria* serve de referência: «seria huū livro assaz perteecente pera os príncipes e grandes senhores». A obrigação de atender a ofícios de guerra, e assim obedecer ao que seu pai dele requeria, levam o príncipe a interromper o trabalho e a entregá-lo a um seu colaborador, o dominicano Fr. João Verba.

(10) Assim o afirma de si mesmo, por volta de 1435, o Infante D. Pedro, filho do rei D. João I, em texto que endereça a seu irmão como dedicatória de tradução do *De officiis* de Cícero; apesar de o mesmo príncipe confessar perante o rei, seu irmão, que «cam pouco eu entendo de latim sabe-o a Vossa Mercee» (no prefácio anteposto à tradução do *De officiis*), a declaração de humildade não condiz com o testemunho de outros, como o do cronista Rui de Pina que invertia a perspectiva para assegurar que o príncipe «foy bem latinado e assaz mystico em ciências e doutrinas de letras e dado muito ao estudo» (entenda-se «mystico» como «enciclopédico»).

(11) Trata-se de João Rodrigo de Sá de Meneses; cf. Ana María Sánchez Tarrío, *Forma-*

Não é apenas um perfil individual que está em causa, pois, com as letras, pretende-se ganhar para a sua própria colectividade um estatuto nobilitante, na prosápia do discurso e na gesta de uma acção, que se honra com saber das façanhas dos antigos e se afirma sobretudo na ousadia de contrapor a essas mesmas gestas novos empreendimentos que superam quanto eles fizeram e deixaram escrito e pretendem também rivalizar com eles através da própria forma de dizer(12).

## 2. Cícero, mestre de oratória: a eloquência como traço enobrecedor

Pela parte portuguesa, a expressão de excelência para semelhante ideal irá ter lugar na épica pela voz de Camões(13). No entanto, não surgiu ela de improviso nem deve ser considerada fruto espúrio ou inopinado, pois tem a precedê-la expressões que singraram por outros géneros e procuraram na eloquência o efeito que essa mesma épica demoraria a enunciar. Não é, de facto, pouco significativo que, no final do séc. XV, em 1481, a eloquência do embaixador português junto do papa, D. Garcia de Meneses(14) (que comandava a frota que o rei português destinara a auxiliar no combate aos turcos que tinham tomado Otranto), concite os elogios de um curial romano, Pompónio Leto (1428-1497), pois, ao que este afirmara e foi transmitido por ciceroniano convicto, Jacopo Sadoletto, era como se a antiga oratória, esquecida em Itália, aparecesse remoçada agora pela voz de um hispânico (um «bárbaro») desconhecido(15). No discurso,

*ción humanística y poesía romance en el Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (dissertação de doutoramento, Faculdade de Filologia, Universidade de Santiago de Compostela), Santiago de Compostela 2001; *Tradução e nobilitação literária: uma estratégia não re-latinizadora no português quinhentista*, «Euphrosyne» 29, 2001, 157-170. O passo citado está em *Cancioneiro Geral*, II, 493, vv. 25 ss.

(12) Luís de Sousa Rebelo, 'Armas e letras. Um topos do humanismo cívico', in *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, 1982, 195-240.

(13) Se nela se tomou voz colectiva dominante, não se tome o epíteto 'corrente' de Camões em sentido banal, pois, associado com 'grandifloquo' apenas lhe convém o conteúdo que tem em Horácio (Ode IV, 2: *monte decurrens velut amnis*), apresentando o sentido de avassalador como um rio que desce da montanha; cf. José António Segurado e Campos, *O estilo corrente de Camões*, «Humanitas» 45, 1993, 307-312.

(14) O discurso encontra-se publicado e traduzido para português em *Latim Renascentista em Portugal*, ed. Américo da Costa Ramalho, Coimbra 1985, 2-35. Em edição fac-similada e tradução portuguesa por Miguel Pinto de Meneses: *Orações de obediência dos reis de Portugal aos Sumos Pontífices – séculos XV a XVII*, ed. Martim de Albuquerque, Lisboa 1988. A estrutura do discurso está claramente definida, com as respectivas partes declaradas: *narratio*; *propositio*; *confirmatio*; *confutatio*; *conclusio*. Falta apenas a indicação do *exordium* com que abre a peça oratória.

(15) Recordar o Gaspar Barreiros em dedicatória de obra a outro humanista seu compatriota, Jorge Coelho. Assim o terá ouvido ao Cardeal Sadoletto em Roma; cf. *Commentarius de Ophyra regione*, Coimbra 1561, em introdução ao texto da oração de Garcia de Meneses. Teve ele conhecimento desta oração em Roma, nos meses que teve oportunidade de privar com os cardeais Jacopo Sadoletto e Pedro Bembo; foi-lhe ela proporcionada pelo primeiro,

a eloquência é considerada na sua funcionalidade mobilizadora e a estrutura expositiva, assinalada no próprio texto impresso, revela bem o acolhimento dado aos preceitos ciceronianos(16).

Correspondia tal perspectiva a tendências já firmadas tempos atrás. De facto, algumas décadas antes, outro homem da corte, embora de origem espanhola ao serviço do rei português, Vasco Fernández de Lucena, em contacto com Poggio Bracciolini, solicitara a este curial conselhos de oratória e recebia dele a recomendação do modelo ciceroniano(17). O conselho apenas acentuava o que era já observado à letra. O fim visado era, no caso, exaltar os feitos levados a cabo pelos portugueses no mar, elogiando a sua gesta por ela ser superior a quanto os antigos tinham realizado. Os dois dados convergiam num novo ideal de actuação, associando letras e cometimentos heróicos.

Ora, o ideal retórico mais não era que um complemento e um sucedâneo do ideal de sapiência procurado na obra ciceroniana desde tempos anteriores. De facto ela estava já em lugar de honra na corte portuguesa que Lucena servia. Tornara-se motivo de apreço por parte nomeadamente dos dois príncipes mais ilustrados da casa de Avis, D. Duarte (futuro rei, a partir de 1433) e D. Pedro, seu irmão, duque de Coimbra, desde 1415(18). Na dedicatória aposta à sua tradução do *De officiis*, em data não conhecida, mas antes de 1438, o Infante D. Pedro assinala que «antre os boos ditadores [sc., autores], elle [Cícero] he avido por dos mais principaaes, e, das suas obras que eu vi, esta me parece a melhor ditada e em mais proveitosos e ainda fremosos latiins». O conteúdo e a forma constituem motivo de apreço, por razões dignas de nota: sem deixar de acentuar que é útil qualquer tratado teórico, a obra ciceroniana por ele traduzida distingue-se pelo seu carácter prático, pois «declara como em cada virtude nos devemos [h]aver e que maneira em cada hũa obra devemos teer pera guardar ou cobrar estado virtuoso».

por entre elogios às suas qualidades retóricas, e de outros (entre a assistência estava Duarte de Meneses, sobrinho do bipo) recolheu ele o testemunho de que Pompónio Leto teria comentado tal oração com palavras encomiásticas: *Pater sancte, inquit, quis est iste barbarus qui tam diserte loquitur?*

(16) Recomenda o orador: *qui ex omni clero eloquentia et auctoritate ualuerint, ii ad commouendos principum populorumque animos a Sanctitate tua mittantur*; cf. *ed. laud.*, p. 24.

(17) Cf. Poggio Bracciolini, *Lettere*, ed. Helene Harth, Firenze 1987. Note-se que as relações entre Poggio e Lucena nem sempre foram cordiais, pois o curial haveria de tirar desforço da falta de satisfação pecuniária e haveria de lançar em rosto ao seu adversário defeitos físicos que o apoucavam. Em 1448, data da carta referida, encontrava-se em Roma uma embaixada de obediência ao novo papa, Nicolau V.

(18) Cf. Humberto Baquero Moreno, *O Infante D. Pedro, duque de Coimbra – itinerários e ensaios históricos*, Porto 1997.

### 3. Momentos de interesse pela obra ciceroniana e suas motivações

De onde provinha semelhante apreço? Procedamos por partes. A resposta mais imediata e fácil para tal questão poderia ser dada a partir da figura de Alfonso de Cartagena e da sua missão diplomática em Lisboa, pois, nela se pode documentar um interesse directo e efectivo pela obra de Cícero. Efectivamente, em 10 de Janeiro de 1422, estando em Portugal, para negociações de tratado final de paz com Castela, datava D. Alfonso em Montemor-o-Novo a sua tradução castelhana do *Libro de Tulio de senetute*. No período imediato, mas antes do verão, o mesmo homem de letras subscrevia também a tradução do *Libro de los ofiços* de Cícero. Trabalho intenso, sem dúvida, que correspondia a programa anterior. Ainda que tais traduções fossem dedicadas a Juan Alfonso de Zamora, é de supor que o trabalho não passaria despercebido na corte portuguesa onde o diplomata castelhana mantinha trato muito familiar. Ao príncipe D. Duarte, herdeiro do trono, aliás, destina Cartagena, ainda em 1422, um *Memoriale virtutum*. No mesmo contexto, a pedido desse mesmo príncipe, aceita ele proceder à tradução do *De inuentione* de Cícero, a que acabará por dar o título de *Rhetorica de Tulio M. Cicerón*, mas que, no entanto, só terminará alguns anos mais tarde. Ainda nesse ambiente tem origem também a tradução do *Pro Marcello* pelo mesmo homem de letras(19).

Porém, se estes dados são de relevar para a visibilidade de Cícero num momento determinado e no contexto da corte portuguesa, não saberemos dizer, de imediato, se Cartagena é impulsor ou beneficiário de um ambiente que usufrui já dos resultados de um movimento que ganha foros de novo humanismo (20), na descoberta dos clássicos e na sua divulgação por uma colectividade sensibilizada para o cultivo das letras, movimento esse que tem boa aceitação na corte portuguesa a que chega o diplomata castelhana.

Hoje podemos assegurar que foi, durante uma segunda missão em Lisboa, em 1427, que D. Alfonso teve ocasião de se interessar por questões relacionadas com a tradução da *Ética* aristotélica, mediante informações prestadas pelos estudantes portugueses que regressavam de Itália(21);

(19) Cf. María Morrás, *Repertorio de obras, mss y documentos de Alfonso de Cartagena (ca. 1384-1456)*, «Boletín bibliográfico de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval» 5, 1991, 213-248; Abdón M. Salazar, *El impacto humanístico de las misiones diplomáticas de Alonso de Cartagena en la corte de Portugal entre Medievo y Renacimiento*, in *Medieval Hispanic Studies presented to Rita Hamilton*, ed. A. D. Deyermund, London 1976, 215-226.

(20) Não valerá a pena defender um termo que se tornou habitual, ainda que ele só apareça em 1808 pela mão de F. J. Niethammer.

(21) Jeremy N. H. Lawrance, *Humanism in the Iberian Peninsula*, in Anthony Goodman - Angus MacKay, *The Impact of Humanism on Western Europe*, London - New York 1990, 220-258, n. 8, aponta Vasco Rodrigues, chantre de Braga, como possível intermediário de informação, já que ele comprara ao livreiro florentino Piero Betucci, em 11 de Março de 1425, duas traduções do grego feitas por Leonardo Bruni e um Terêncio.

tais questões haveriam de ocupar Cartagena durante vários anos de polémica com Leonardo Bruni Aretino, advogando ele razões de acessibilidade e integração cultural como critérios de tradução e opondo-se a ideais estilísticos defendidos pelo italiano em nome de fidelidade à expressão ciceroniana (22). Se algum desses estudantes defendia posições do Aretino não o sabemos, mas é provável que assim fosse. Fosse como fosse, o ambiente da corte portuguesa era aberto a questões que colocava em plano concreto a figura de Cícero. Remontando à primeira missão, teremos provavelmente de reconhecer também que não coube a Cartagena introduzir na corte portuguesa o interesse pela obra ciceroniana, mas que nela encontrou ele um ambiente propício devido a afinidades de índole cultural. Alguns dados são, efectivamente, de tomar em conta.

Antes de mais, é facto que o douto conselheiro castelhano, menos que promover nesse ambiente um autor a cuja tradução se entrega (e dedica a destinatário longínquo), tem alguma relutância em aceitar a solicitação concreta que o príncipe D. Duarte lhe dirige sobre um texto que está fora do seu horizonte; é ele bem explícito a esse respeito no prómio da tradução da *Rhetorica* (entenda-se *De inuentione*): «en el estudio della fui tan poco ocupado et despendi tan poco tiempo, que no digo para la trasladar, mas aun para entender algo della, me reputaba et reputo insuficiente». A este propósito, poder-se-á aduzir que a expressão de Cartagena se encontra repetida quase *ipsis uerbis* na dedicatória do Infante D. Pedro na tradução do *De officiis*. Todavia, se nisto há tópico de humildade, não se pode negar que o interesse pela tradução da obra procede de outro e que o desconhecimento prévio do texto e as dificuldades encontradas em traduzi-lo explicam a demora em dar essa tradução por concluída (começada em 1424 só terá sido terminada em 1431) (23).

A ser assim, eram as afinidades culturais (num contexto já existente e não provocado nem postulado) que haviam aproximado D. Alfonso do príncipe-herdeiro, D. Duarte; a dedicatória de obra própria (*Memoriale uirtutum*) fora homenagem de homem culto para príncipe e traduz essa aproximação; porém, o pedido de tradução da *Rhetorica de Tulio M. Cicerón*, pelo ano 1424, por parte de D. Duarte deixa surpreendido o próprio Cartagena, já que ele se confessa desconhecedor do texto. As razões do príncipe, por outro lado, revelam interesses que parecem ultrapassar os do

(22) María Morrás, *El debate entre Leonardo Bruni y Alonso de Cartagena: las razones de una polémica*, «Quaderns. Revista de tradició» 7, 2002, 33-57; *Los libros de Tullio: De senetute, De los oficios*, Alcalá de Henares 1996; *Alonso de Cartagena: edición y estudio de sus traducciones de Cicerón*, Barcelona 1993 (Diss. Doct.).

(23) María Morrás, *Repertorio...*, *cit.*, aponta reservas a datações diferentes; a legitimidade para a hipótese de ca. 1431 procede do facto de o prólogo conter referências às campanhas contra os aragoneses (1429) e contra Granada (verão de 1430-1431).

prelado castelhano; a «voluntad de haber la Arte de Retórica em claro lenguaje, por conoscer algo de las doctrinas que los antiguos dieron para fermoso hablar» é objectivo que, confessadamente, não estava no âmbito das competências de D. Alfonso (24).

Não parece assim que Cartagena tenha tido influência determinante na criação de ambiente na corte portuguesa em favor de Cícero. A corroborar essa independência está uma outra figura de príncipe, a do Infante D. Pedro, que, se alguma vez se cruza com aquele homem de letras, nunca se refere ao trabalho dele neste domínio, embora o seu interesse pela obra ciceroniana o pudesse ter levado a isso. Em boa verdade, pode esse seu interesse ser documentado apenas nos anos de 1430. Durante os anos que decorrem entre 1421 e 1424, em que Cartagena permanece em Lisboa (ou seus arredores – Montemor-o-Novo; Santa Maria da Azóia – de onde são datadas as suas traduções), encontra-se o príncipe ocupado em organizar e administrar o ducado de Coimbra, que seu pai lhe havia entregue (25). Terá ele conhecido Cartagena e sobretudo o seu trabalho de tradutor?

Para esse período, nada encontramos nas expressões do próprio D. Alfonso que deixe entender que ele tenha divulgado o seu trabalho de tradutor no primeiro período em que permanecera em Portugal nem entreveremos que haja indicações quanto a relações dele com o Infante D. Pedro. Nos anos seguintes, que vão de 1425 a 1428 (e que compreendem o tempo da segunda missão de Cartagena em Portugal), o Infante Pedro está ausente do país, pois percorre as cortes da Europa até à Hungria.

Parece fora de dúvida, por outro lado, a independência do trabalho do Infante relativamente ao de Cartagena, naquilo em que se podem pôr em paralelo, como é a tradução do *De officiis*. De há muito foi já acentuado que não há indícios textuais para admitir que o Infante conhecia a versão castelhana de D. Alfonso, embora ela tivesse sido realizada em Portugal, tempos antes, no primeiro semestre de 1422 (26). Se não havia motivos pa-

(24) Recorde-se que a *Rhetorica / De inuentione* de Cícero é um dos primeiros textos a serem vertidos para uma língua novilatina; assim acontece com a *Retorique de Marc Tullies Cyceron* traduzida em S. João d' Acre, em 1282, por «Johan d' Antioche, quel' en apele de Harens», para um cavaleiro do Hospital de S. João de Jerusalém, Fr. Guillaume de Saint-Étienne, na ilha de Chipre. Cf. J. Monfrin, *Humanisme et traductions au Moyen Âge*, «Le Journal des Savants» 1963, 161-190.

(25) H. Baquero Moreno, *op. cit.*, 29-31. Em 10 de Fevereiro de 1421 outorga-lhe seu pai, o rei D. João I, o poder de se apropriar de herdades incultas encravadas nos reguengos do campo do Mondego e de Vila Nova de Anços; a 25 de Janeiro de 1423 obtém privilégios em favor de cem lavradores de Vila Nova de Anços; em 8 de Janeiro de 1424 consegue da coroa a doação dos padroados da igreja de São Salvador de Miranda.

(26) Os argumentos contra a dependência da tradução portuguesa relativamente à castelhana são vários: a) só um antagonismo linguístico levaria a propor uma tradução em língua portuguesa, pois em língua castelhana o acesso era fácil numa comunidade ibérica em que o bilinguismo era normal e a tendência era a tradução do português para o castelhano e não o

ra a rejeitar, o facto de ela não ser referida pelo Infante só pode significar que ela não era conhecida nem de D. Pedro nem de D. Duarte, a quem se destinava a tradução do *De officiis* feita pelo primeiro.

Se essa influência não se documenta, poder-se-ia colocar a alternativa de ter sido o ambiente europeu a fomentá-la durante a estadia que D. Pedro aí realizou (sabe-se, de resto, que ele efectuou contactos com personalidades do mundo cultural, nomeadamente com Pier Paolo Vergerio / Paulus Histrius). Ora, quanto a isso, também nada nos consta de eventuais influências durante a viagem que tenham sido determinantes nas leituras ciceronianas do Infante; aliás, poderia esperar-se que, se isso tivesse acontecido, ele próprio o tivesse referido, como dado cultural a assinalar(27). Não recusaremos que as viagens do Infante pela Europa e os contactos por ele realizados em Itália, a partir de 1425, terão sido decisivos para ter atendido a um movimento que levava à figura e obra de Cícero e tinha justamente em Leonardo Bruni um dos melhores intérpretes, quando, no *Cicero Nouus*, criava preferência por Dante, frente a Petrarca, pelo facto mesmo de aquele se não ter furtado a actividades cívicas e de as ter combinado com a actividade literária(28). Verdade, porém, é que D. Pedro não menciona semelhante situação e por isso devemos de considerar que, pelo menos a nível consciente e explícito, ela não actua como motivo determinante ou factor de argumentação junto de outros.

É, porém, em circunstâncias mais concretas da vida do Infante que julgamos encontrar melhores razões para uma fixação do seu trabalho de tradutor nas obras ciceronianas. Em 1434 D. Pedro dirige ao rei D. Duarte, seu irmão, a tradução do *De amicitia* realizada por Fr. João Verba, dominicano ao seu serviço(29); por esse tempo, ele próprio se entregará à tradu-

inverso; b) as traduções de D. Pedro e de D. Alfonso não se sobrepõem; c) há saltos na versão castelhana que não existem na portuguesa; d) há na tradução alfonsina uma linguagem mais técnica que na portuguesa, embora esta tenha maior elegância estilística; e) há maior dependência sintáctica relativamente ao latim por parte de D. Alfonso que por parte de D. Pedro.

(27) Prova evidente de que D. Pedro se interessava pelas correntes humanísticas é a homenagem que recebe numa dedicatória de versão latina a um sermão de João Crisóstomo, por parte de Ambrogio Traversari; cf. G. Battelli, *Una dedica inedita di Ambrogio Traversari all'Infante Don Pedro di Portogallo, Duca di Coimbra*, «La Rinascita» 2, 1939, 613-616. A edição corrente apresenta outra dedicatória, mas há pelo menos um manuscrito a testemunhá-la.

(28) «Dante nella vita activa et civile fu di maggiore pregio che 'l Petrarca, però che nelle armi per la patria et nel governo della repubblica laudabilmente si adoperò. Non si può dire del Petrarca questa parte, però che né in città libera stette, la quale avessi a governare civilmente, né in armi fu mai per la patria, la qual cosa sappiamo essere gran merito di virtù.» Bruni, *Le vite di Dante e di Petrarca*, in P. Viti (ed.), *Opere letterarie e politiche di Leonardo Bruni*, Torino 1996, 559.

(29) Cf. A. J. Dinis, *Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do Infante D. Pedro?*, «Itinerarium» 2, 1956, 424-495; A. J. Dinis, *Ainda sobre a identi-*

ção do *De officiis*(30); não deve ter sido fora desse período que também lhe chega da parte de Vasco Fernández de Lucena a tradução do *Livro da velhice de Tulio*. No prefácio a esta tradução, revela Lucena que, se a iniciativa lhe pertence, ela é motivada pelo facto de as obras de Cícero serem familiares ao seu patrono e pelo facto de ele gostar de ler em tradução vernácula, muito embora entenda devidamente o texto original – depoimento que deixa supor declarações tomadas a peito(31). Facto a não omitir é que esta última tradução se segue imediatamente a outra, pedida pelo próprio D. Pedro, a de «hũ livro de Paulo Vergerio, que falla dos liberaes estudos e virtuosas manhas dos mancebos, o qual enderecey a ElRey nosso senhor, por que em elle podesse conservar as boas ensinaças que pertencem à sua idade»(32).

Ora, a enquadrar esta situação, há, por este tempo, um facto que nos chama a atenção: trata-se da nomeação de D. Pedro, juntamente com D. Henrique, para tutor do sobrinho, futuro rei, D. Afonso V. A nomeação é feita por carta régia de 11 de Novembro de 1433(33). Nessa data, o novo príncipe não tinha ainda dois anos de idade e não era certamente para ele que se dirigia qualquer tomada de posição. Pelo contrário, não será fora de propósito considerar a consciência da responsabilidade assumida pelas novas funções de tutoria como motivo de leituras que levam à tradução do *De officiis*. Parece-nos até que se pode apontar um paralelo: noutro tempo, ao ser investido no ducado de Coimbra, D. Pedro havia buscado leituras que haveriam de terminar no *Livro da virtuosa Benefeytoria*, decalcado sobre o *De beneficiis* de Séneca (trabalho que só ficaria terminado por 1429, com a colaboração de seu confessor, o dominicano Fr. João Verba, suprin-

*dade de Frei João Verba*, «Itinerarium» 3, 1957, 479-485 (atente-se na revisão dos dados que se apresenta neste segundo estudo, não obstante a modéstia do título, pois trata-se de uma re-tratação quanto à identificação da ordem religiosa a que pertencia a personagem).

(30) O futuro significa que não há referência na carta a esse trabalho, como se esperaria se ele já existisse ou se estivesse programado.

(31) O prefácio encontra-se publicado, a partir de cópia tardia, em Joseph M. Piel (ed.), *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro duque de Coimbra*, Coimbra, 1948. Escreve Lucena: «Porque estava ocioso eu muito dezejava occupar-me em algũa couza que a vossa Senhoria graciosa fosse, vos trasladey de latim em lingoagem este tractado de Tulio, que falla das artes e dos officios que aos velhos pertencem, sabendo que em similhaveis livros, quando a occupação das couzas publicas vos dá algũ vagar, de grado estudaes. (...) E como quer que eu veja certo que entendeis o latim mui cumpridamente e que as obras de Tullio vos são mui familiares que não haveis mister glosa nem interpretação para as entender, conheça que a minha trasladação não guardará aquella dulçura nem dignidade de eloquencia que há no latim; emperoo porque vos praz de lerdas por livros de lingoagem, por aproveitardes a muitos me trabalhei de o trasladar».

(32) Cf. *Livro dos officios...*, cit., XLIV. A obra de Vergério (1370-1444) é *De ingenuis moribus et liberalibus studiis*.

(33) O documento é de ANTT, Gaveta XIII, maço 7, nº 3; publicado em *Monumenta Henricina*, IV, Coimbra 1962, doc. 89, 282-284.

do este o que, por falta de tempo e aplicação a tarefas bélicas, o Infante não acabara)(34); agora, as novas incumbências trazem o Infante a outros textos de autoridade, nomeadamente à obra de Cícero. Quando Fr. João Verba acaba a tradução do *De amicitia* ciceroniano, o Infante D. Pedro remete-o ao rei, seu irmão, em carta datada de 7 de Janeiro de 1434; se a carta permite ao Infante apresentar escusas por algum atraso a que ele próprio não é estranho, não se permite menos comentar o conteúdo do livro em causa(35). Para si mesmo reserva ele a tradução do *De officiis*, depois de ter experimentado os efeitos da sua leitura junto dos que lhe eram mais próximos. A Vasco F. de Lucena solicita ele também a tradução de Vergério, cujo destino é a própria pessoa do príncipe. O ciclo encerra com a tradução do *De senectute* que o próprio Lucena toma à sua conta, certamente conhecendo bem como nisso agradaria ao seu patrono.

Em todo este contexto, não serão pouco de atender as reflexões que em torno do *De amicitia* tece o Infante, pois elas nos colocam em plano simultaneamente interessado e prático relativamente ao conteúdo do livro, para nos deixarem perceber os critérios de selecção postos nas suas leituras e naquelas que recomenda ou propõe a outros. Dirigindo-se ao irmão, D. Pedro, ainda que em tom lisonjeiro pelas qualidades do irmão, discorre sobre o conteúdo do livro:

«Eu corry, senhor, este tratado e parece-me que há nele muytas razões bem ditadas d'amizade, mas nom me parecem tais nem tantas que mais e melhores non vis[s]e obrar a vos[s]a Senhoria; e bem creo que se desto quiserdes fazer lyvro per aquelo que a vos[s]a Mercê pratica e praticou, o podereis escrever de muitos e maravilhosos notados. Bem som certo, Senhor, que se achardes amiguo semelhante a vós que podere[e]s muy verdadeyramente ser contados antre os tres ou quatro pares d'amigos de que se faz mençom en aquelle tratado e ainda por dos mais principães, mas outorgando-vos Deus estado real de que a meu juizo sois mais digno que homem

(34) O trabalho apenas viria a ser terminado pelo ano 1430; D. Pedro, embora se tivesse dedicado ao trabalho, para não se desviar de outras tarefas (para que os deveres militares o chamavam e a voz paterna lhe lembrava) acabou por entregar ao seu confessor, o dominicano João Verba, a revisão do tratado. O resultado final apresenta autonomia relativamente ao texto original. Cf. Infante D. Pedro / Frei João Verba, *Livro da virtuosa Benfeytoria*, ed. Adelino de Almeida Calado, Coimbra 1994; a data de termo é controversa, mas há razões para admitir, com o editor, que se deverá situar por 1429.

(35) A carta está recolhida no chamado *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. João J. Alves Dias, Lisboa 1982, 87-89. O início não deixa dúvidas quanto ao comanditário e ao tradutor: «O portador da presente leva a vos[s]a Mercê o livro que mandastes tornar em esta lnyngajem ao prior de san Jorge, o qual foy muyto detheudo em tornar, por a minha partida de Coymbra e por as festas que se seguyrom; a vos[s]a Mercê praza de o aver por perdoado». Se interpretamos bem a bibliografia de Cartagena organizada por María Morrás, *Repertorio...*, não constituiu ele tradução do *De amicitia* de Cícero, como poderia parecer da referência feita por J. Lawrance, *op. cit.*, 223, pois se reporta ao livro *De la amistad o del amigo*, que não seria outra coisa senão *Tabulatio et expositio Senecae*, de Lucas Manelli (María Morrás, *op. cit.*, 222).

que eu conheça, tyrou-vos nome d'amigo ao menos com vos[s]os sojeytos, fycando-vos outro alto que he bom e graçioso rey e senhor por que no syn-to que as obras d'amizade se pos[s]ão em seu perfeito grao usar antre se-nhor e servidores, porque a amizade traz obras de coração voluntarioso e lyvre pois como caberá esto no sojeyto que a seu bom senhor he tam obrigado que lhe deve sy e quanto possuye em tal maneyra que lhe nom fica per que pos[s]a lyvremente mostrar sua amizade»(36).

Parece-nos que das palavras do signatário da carta se pode deduzir que o rei D. Duarte buscava materiais para obra sua, fosse o *Leal Conselheiro*, fosse o chamado *Livro dos Conselhos*. Neste livro ficou guardada a carta de D. Pedro. Se a tradução que ela acompanhava se perdeu, resta-nos a convicção de que o tratado *De amicitia* corresponde, em boa parte, ao que poderia esperar um espírito prático, como D. Pedro, que se considera a «meyo estado antre os puramente auctivos (...) e os sotiis speculativos» e pondera as várias situações humanas a que se aplica o respectivo conteúdo (no caso, como explana na sua carta, a amizade pressupõe outro «semelhante», «igoaldança nas pessoas» e «em benfeitorias»).

O *De officiis* corresponde ainda melhor a objectivos pragmáticos. D. Pedro toma para si mesmo a tradução e aplica-se a ela certamente com empenho, tendo-a terminado a tempo de ela ainda poder servir a seu irmão no *Leal Conselheiro* (cuja redacção se terá prolongado para além de 1435)(37). As circunstâncias da decisão são reveladas pelo príncipe:

«E por que nom sey per que aventura se acertou que huñ livro, que assaz d'annos ha me deu nosso irmãoo, o Infante Dom Fernando, o qual Tullio compôs, e chama-se «dos Officios», em este anno passado tomey afeiçom a leer per elle. E quanto mais liia tanto me parecia melhor e mais virtuoso, e non soamente a mym, mas assy parecia a alguñs outros a que eu liia em portugues alguñs seos capitulos, em tanto que per elles algũas veefses] fuy requerido que tornasse este livro em esta linguagem».

A dedicatória é particularmente reveladora de alguém atento à vida política e empenhado em lhe fornecer um substrato de reflexão, mas leva-nos também a atender às circunstâncias do empenhamento do Infante na leitura e na tradução do *De officiis*.

O livro de Cícero andara antes nas mãos de um outro irmão, o Infante D. Fernando, e passara para as de D. Pedro em anos passados («assaz

(36) Cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, ed. J. J. Alves Dias, Lisboa 1982, 87 ss., nº 93 (procedemos a intervenções nossas na transcrição).

(37) Tal é a opinião hoje sustentada, uma vez que o cap. 98 é transcrição de uma peça datada de 25 de Janeiro de 1435 pelo próprio D. Duarte e a tábua aposta no cap. 91 já a anuncia. O editor do *Livro dos Officios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, duque de Coimbra, cit.*, Joseph M. Piel, anota que «o cap. 58, *Dos speciaes notados do livro de Tullyo De Officiis que aa prudencya perteencem* é constituído de extractos dos caps. 6, 31, 32 2 33 do 1º livro da versão de D. Pedro» (xx).

d'annos há»). À primeira vista, não é livro que tenha antes chamado a atenção nem merecido particular cuidado ao seu proprietário anterior. De facto, tanto quanto sabemos do testamento dele, a sua biblioteca privada era sobretudo de piedade e por isso terá dispensado aquela obra (38). Talvez não tivesse sido livro recebido de herança da biblioteca paterna; se assim fosse, provavelmente o novo proprietário tê-lo-ia referido (ao menos se ele tivesse servido de leitura nesse ambiente). Enfim, não se conhecendo viagens de D. Fernando pelo estrangeiro, será legítimo supor que o manuscrito provinha de ambiente português.

Na realidade, tal obra era conhecida e utilizada nesse meio em referências argumentativas: não escapou ao cronista Zurara que no momento da partida para Ceuta (em 1415) os dois pregadores que exortam os cavaleiros a façanhas valorosas se servem ambos da autoridade do *De officiis* (39).

Deste modo, somos levados a admitir que o livro que chega às mãos de D. Pedro provém de um meio próximo, onde se conhece o texto cicero-niano. Como tal, parece potencialmente aberto a um interesse de leitura. Se os pregadores que falam aos cavaleiros em vésperas dos combates em Ceuta o usam em forma de autoridade expressa, por certo era porque o texto era familiar.

#### 4. Uma integração declarada

Dificuldade para nós está em recuarmos na tradição portuguesa quanto à presença de Cícero nela. Não valerá a pena demorarmo-nos a acentuar que, neste domínio, a recuperação de dados é melindrosa, dados os prejuí-

(38) O testamento foi feito em Agosto de 1437, aquando da partida para a expedição a Tânger, onde o Infante D. Fernando ficaria cativo. Faz parte do documento ainda existente: Lisboa, ANTT, Gav. 16, m. 2, n.º 13; publicado em *Gavetas VI*, 191-194 e em *Monumenta Henricina*, VI, Coimbra 1964, 117-120, n.º 52. Publicámos o elenco em *As livrarias dos Príncipes de Avis. Actas do Congresso do VI Centenário do nascimento do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, in «Biblos» 69, 1993, 265-287.

(39) Tal observação foi de há muito feita por Charity Cannon Willard, *Isabel of Portugal, patroness of Humanism*, in *Miscellanea di studi e ricerche sul quattrocento francese*, cur. Franco Simone, Torino 1967, 517-545. Remete-se aí, n. 21, para Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, 157 e 200. Não deixamos de prestar também atenção aos dados que naquele artigo se evocam relativamente à biblioteca da Borgonha, onde D. Isabel de Portugal teve certamente intervenção de relevo e onde um volume, hoje na Biblioteca Nacional de Paris, continha três obras de Cícero: *De officiis*, *De amicitia*, *De senectute*. Note-se que também Vasco Fernández de Lucena haveria de traduzir este último texto. O paralelismo tem tanta maior pertinência quanto são de admitir afinidades entre D. Isabel e D. Pedro, como se deve reconhecer até pela protecção e defesa por ela concedida a seus sobrinhos, filhos de D. Pedro, após a morte deste. Como se anota adiante, o *De officiis* aparece entre o elenco de autoridades sobre que se fundamenta a exortação de Fr. João de Xira (a mando do rei D. João I) e de Martim Pais (capelão mor do Infante D. Henrique).

zos sofridos pelas bibliotecas portuguesas, em situações porventura mais calamitosas que as de outras partes: os materiais são escassos; desapareçam testemunhos e os percursos de outros que restam não são evidentes. As marcas de leituras que possamos entrever só se tornam acessíveis através de referências nos textos de autor que nos tenham chegado; também neste particular, a sistematização e a interpretação de dados está à espera de melhores dias. Ainda que procedendo por amostragem, há resultados que não serão totalmente de desprezar, pois revelam um progresso ao longo do tempo.

Desnecessário será relembrar que, não obstante o facto de não estar dotada de centros proeminentes(40), a cultura portuguesa se integrava nas coordenadas de formação comum em regime relativamente homogéneo em que a circulação de pessoas e de livros era elemento activo. Por isso mesmo, o nome de Cícero e das suas obras ocupava um lugar que, embora oscilante, gozava de prestígio que não ficaria fora do alcance de quem se servisse dos instrumentos básicos de uma formação escolar habitual. De facto, se as referências, numa obra tão significativa na cultura medieval como foram as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha, podem servir como indicativo, não pode ser recusada significação ao facto de o recurso a Cícero se fazer aí por 54 vezes, sendo apenas batido pelo recurso a Virgílio, que apresenta 98 ocorrências(41).

No entanto, quanto aos testemunhos da tradição directa das obras de Cícero nas bibliotecas portuguesas, essa mesma tradição é bastante avara, tanto no que toca a informações como no que diz respeito a testemunhos antigos. Sabemos, porém, que pelo menos uma das obras ciceronianas fazia também parte dos recursos da escola portuguesa desde as origens. Podemos avocar em nosso favor um caso referente a Santa Cruz de Coimbra (mosteiro fundado em 1131, com intenção reformadora no campo religioso, mas esteio da nova monarquia que iria constituir um novo país no quadro da Cristandade). Se, no elenco de códices que restam da biblioteca do mosteiro de cónegos regulares, nada consta de obras ciceronianas(42), a anotação de um empréstimo consignado por essa mesma instituição a

(40) A própria universidade portuguesa, fundada por certo em ano anterior a 1290 (data em que é confirmada pelo Papa), não funcionou como pólo de atracção nem de estudantes nem de mestres estrangeiros.

(41) Servimo-nos dos índices de Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, ed. José Oroz Reta - Manuel A. Marcos Casquero, Madrid 1983.

(42) *Catálogo dos códices da Livraria de mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, coord. Aires A. Nascimento & José Francisco Meirinhos, Porto 1997. Na introdução, *O scriptorium de Santa Cruz de Coimbra: momentos da sua história*, LXIX-XCV, damos conta do registo a que nos referimos no corpo do texto.

Mestre Gil, na data de Julho de 1218, e lançado num dos seus códices, dá conta de um manuscrito cujo conteúdo era constituído por *Duo libri de Rhetorica Tullii*, que se pode legitimamente entender como correspondendo ao *De inuentione* de Cícero (formado justamente por dois livros e conhecido na tradição por aquele título). O empréstimo, no caso, era feito em favor de personalidade que temos de considerar como situada em plano de cultura elevada, pois lhe é permitido levar consigo não só tal obra, mas várias outras, num conjunto de treze, todas elas de grande especialidade, integráveis num currículo das artes (medicina, astronomia, física, gramática, geometria, geografia). Não é de crer que, cedendo de empréstimo, um livro, os seus proprietários não tivessem conhecimento preciso do que deixavam levar; o apontamento lavrado não significava pouco que quem emprestava tinha intenção de recuperar a obra e a tinha a uso.

Fica-nos, assim, no mínimo a indicação de que alguém (claramente com formação universitária, pois usava o título de mestre) demonstrava interesse por uma obra de Cícero. Provavelmente ela fazia parte de elenco utilizado como instrumento de formação avançada no próprio mosteiro para o ensino de arte retórica.

A hipótese não pode ser verificada com dados documentais, mas não é de pouco interesse tomar em conta que por esse tempo saía do claustro de Santa Cruz de Coimbra para a nova ordem franciscana o cónego regente Fernando Martins que a breve trecho havia de se revelar com excepcionais dotes de pregador em Itália e em França, sob o nome de António (nome que tomara ao ingressar na Ordem Franciscana); em Itália, logo aquando da sua chegada, é solicitado a substituir, de improviso, o pregador que faltara numa solenidade, em Forlì, e demonstra nessas circunstâncias uma formação oratória sólida e brilhante; ficaria ele conhecido entre os franciscanos da primeira geração pelos seus dotes de pregador e pela ciência de que dava mostras significativas(43).

Aliás, se tivéssemos dúvida da pujança de oratória no meio a que nos reportamos, bastaria analisar o rigor de argumentação desenvolvida por um orador como o bispo do Porto quando se dirige aos cruzados que desembarcam na sua cidade, em 1147, e tenta persuadi-los a apoiarem o rei português a conquistar Lisboa aos mouros(44).

É muito provável que pela mesma época aquela obra existisse noutro mosteiro que competia com o de Santa Cruz de Coimbra, a abadia cister-

(43) Recorde-se que António (ainda sob o nome de Fernando Martins) se formara nos claustros de Cónegos Regrantes de S. Vicente de Lisboa e de Santa Cruz de Coimbra; aqui chegara em 1212, mas passa a fazer parte da comunidade franciscana em Coimbra, no ano de 1220.

(44) Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado*, ed. Aires A. Nascimento, Lisboa 2001.

ciense de Alcobaça, onde em meados do séc. XIII, no cumprimento de normas emanadas do Capítulo Geral de Cister, seria oficialmente aberta uma escola para formação dos monges(45); a verdade, porém, é que, neste mosteiro, é já do séc. XV o único testemunho de instrumento para tal efeito, e é constituído pelo texto da *Rhetorica ad Herennium* (Alc. 285, fl. 298<sup>a</sup>-344vb)(46).

Ausente está também Cícero de elencos de livros legados à catedral de Coimbra ao longo de vários séculos (XII-XVI)(47). De facto, o predomínio recai em livros de direito, deixados por individualidades que fazem a sua carreira no estrangeiro; no entanto, não é de excluir que houvesse também obras de formação retórica, embora elas não fizessem parte da biblioteca de uso pessoal.

Não vale a pena determo-nos sobre o elenco que a biblioteca do Cabido da sé de Braga apresenta em finais do séc. XV, pois se aí vamos encontrar referidas 10 obras do Arpinate, entre manuscritos e incunábulos, a origem dessa biblioteca é italiana, através da pessoa do arcebispo D. Jorge da Costa(48).

Diferente é, porém, o interesse pela obra ciceroniana, para período relativo à primeira parte do séc. XV, testemunhado para a biblioteca do rei D. Duarte: no seu inventário (certamente feito *post mortem*, em 1438), encontramos duas referências a Marco Túlio: uma delas assinala que se trata de obra «posta em linguagem», ou seja, traduzida pelo Infante D. Pedro (que é certamente a tradução do *De officiis*); a segunda referência reportar-se-á possivelmente à *Rhetorica* (o *De inuentione*), cuja tradução o próprio rei solicitara a Alfonso de Cartagena.

Todavia, se quisermos manter-nos na biblioteca da corte, teremos de reconhecer que, na primeira metade do séc. XVI, as obras ciceronianas não constam do seu elenco, muito embora se registre a presença de Ovídio,

(45) O documento que o atesta foi viciado, em data tardia, para levar a admitir que em meados do séc. XIII, uma geração antes da abertura da Universidade, em 1288, já em Alcobaça havia uma escola pública aberta a seculares.

(46) Cf. *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon*, org. Thomas L. Amos, Collegeville, Minnesota, 1989.

(47) Avelino de Jesus da Costa, *A biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra 1983; Aires A. Nascimento, *A Igreja na história da cultura: percursos do livro em Portugal na Idade Média*, «Igreja e Missão» 18, 2000, 139-201.

(48) São eles: *Somnium Scipionis ex Ciceronis libro De republica excerptum*, em edição de Bolonha, de 148...; *De officiis*, «com comento antigo»; «*Phelipicas de Cicero*, comentadas por Francisco Marancio Peruzino, impressas em Veneza no anno de 1488»; dois exemplares de *Epistolae Familiares*, um «em letra gotica antiquissima», outro impresso; *Verrinae*, possivelmente da edição de Veneza, de 1495-96; volume das *Epistolae ad Quintum Fratrem*; volume de *Epistolae ad Atticum*; dois volumes, um com «*Rectorica* de Marco Tullio comentada» e outro com o mesmo título, mas acompanhada de «tres commentos». Cf. Avelino de Jesus da Costa, *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga 1985.

de Séneca, de Virgílio (49). Ora, a verdade é que, nesse momento, a ausência de registo em biblioteca não significa desconhecimento no panorama cultural correspondente. Há, por certo, oscilações quanto aos efectivos nos magros elencos das bibliotecas portuguesas. Não se esgota nisso, porém, a presença de Cícero, pois o seu nome aparece nas letras portuguesas sob diversas formas.

### 5. *Dois casos de observação*

Ultrapassemos a escassez dos materiais e dos documentos e interroguemos casos de uso que possam considerar-se representativos. Tomemos duas obras como ponto de observação, uma do séc. XIII, justamente o sermonário de António de Lisboa / Pádua e outra do séc. XIV, o *Speculum Regum* do franciscano Álvaro Pais, bispo de Silves, obra começada em 1341 e terminada três anos depois. Ficaremos impressionados com o contraste que, no espaço de um século, daí deriva e que não há que atribuir apenas ao género de textos, pois reflecte uma relação distinta com a própria obra do Arpinate.

De facto, em António o nome de Cícero (ou Túlio, como mais frequentemente é citado no período medieval) nunca é referido expressamente; quando muito é dado mediante um epíteto (*philosophus* – epíteto que se aplica a outros, como seja Séneca). Tomado como autoridade, serve para tutelar uma sentença da qual se extrai um ensinamento; todavia, é escasso o número de vezes em que se podem recolher reminiscências ou citações que remontem a obras ciceronianas: – embora o índice dos sermões antonianos registem 15 passos, na realidade não vai além de uma dezena o uso de uma meia dúzia de sentenças (algumas delas recorrentes); não tem, aliás, interesse de maior determinar se essas sentenças são originárias de uma obra ou de outra do Arpinate, pois o anonimato obriga-nos a considerar que a atenção à sentença esqueceu o autor e por vezes há até que admitir um intermediário (que pode ser Bernardo de Claraval ou Papias ou algum florilégio generalista) (50). Nestas circunstâncias, que se tenha dado preferência a tais sentenças só pode significar que se atendeu ao conteúdo e não se pode deduzir que houvesse reconhecimento da sua origem. Nem tal surpreende no género de texto que são os esquemas de sermões antonianos.

(49) Cf. Sousa Viterbo, *A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel*, «Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa», 2ª classe, nº 9, 1902.

(50) As obras ciceronianas de onde provêm essas sentenças são tão diversas como vário é o teor da própria sentença (o que deixa entender que não houve leitura extensiva): *De amicitia*, *De inuentione*, *Philippicae*, *In Verrem*, *Pro Murena*, *Orator*, *De officiis*, *Pro Milone*. Servimo-nos da edição Santo António de Lisboa, *Obras Completas – Sermões dominicais e festivos*, introd., trad., notas de Henrique Pinto Rema, Porto 1987, que se baseia na edição crítica de Pádua 1979.

Eis o quadro que é possível traçar, ordenado por obra a que eventualmente se reporte a sentença (a dispersão não torna útil observar a sequência textual):

Pag. ed.	Obra Cic.	Texto	Correlação
1, 462	<i>Balb.</i> 44	<i>Religio est quae superioris cuiusdam naturae quam divinam vocant curam caerimoniamque affert</i>	<i>De inuent.</i> 53, 171; <i>Aug. De diuers. quaest.</i> 31, 1; Papias
1, 790	<i>De amicitia</i> 100	<i>Amicitia est voluntas erga aliquos rerum bonarum illius causa quem diligit, cum eius pari voluntate</i>	<i>De inuent.</i> 2, 56, 166; <i>Aug. De diuers. quaest.</i> 31, 1; Papias
1, 101	<i>De inuent.</i> 1	<i>Quis, quid, ubi, per quos, quoties, cur, quomodo, quando</i>	Roberto de Courson, <i>Summa</i> 1; Graciano, <i>Decret., de poenit.</i> , d. 5, c. 1, 1-2
1, 790	<i>De inuent.</i> 2, 56, 166	<i>Amicitia est voluntas erga aliquos rerum bonarum illius causa quem diligit, cum eius pari voluntate</i>	<i>Aug. De diuers. quaest.</i> 31, 1; Papias
1, 462	<i>De inuent.</i> 2, 53, 171	<i>Religio est quae superioris cuiusdam naturae quam divinam vocant curam caerimoniamque affert</i>	<i>Aug. De diuers. quaest.</i> 31, 1; Papias
1, 375	<i>De officiis</i> 2, 12	<i>Dicit philosophus: compendiosa via ad gloriam peruenire qui darent operam ut quales videri vellent tales essent</i>	
1, 397	<i>In Verrem</i> II, 1, 15	<i>Et philosophus: nullae sunt occultiores insidiae quam eae quae latent in similitudine officii</i>	
2, 693	<i>Orator</i> 10, 33	<i>Amanti nihil difficile</i>	Bernard., <i>in dom. palm.</i> 1, 2; <i>de conversione ad claustr.</i> 21, 38; Papias
1, 287	<i>Orator</i> 10, 33	<i>Amanti nihil difficile</i>	
1, 441	<i>Orator</i> 10, 33	<i>Amanti nihil difficile</i>	
1, 794	<i>Phillip.</i> 2, 113	<i>Pax est tranquilla libertas</i>	
2, 095	<i>Phillip.</i> 2, 133	<i>Pax est tranquilla libertas</i>	
2, 965	<i>Pro Milone</i> 3	<i>Assuetudo altera natura</i>	
1, 397	<i>Pro Murena</i> 38	<i>Nam Troianus equus idcirco fefellit, quia formam Minervae mentitus est</i>	Horat. <i>carm.</i> 4, 6, 13-16
1, 230	<i>Pro Murena</i> 67	<i>Arguet, id est, accusabit, convincet</i>	Isid. <i>Diff.</i> 1, 19; Papias

Não vale a pena excogitar argumentos em favor de um conhecimento directo da obra ciceroniana, pois mesmo que nos quiséssemos decidir pelo *De inuentione*, não teríamos argumentos de integração textual que sustentassem a sua utilização directa.

Procedimento diferente, porém, reconhecemos existir no canonista Álvaro Pais, também ele franciscano, um século depois. No levantamento a que procedemos para uma das suas obras, o *Speculum Regum* (51), obtivemos uma amostragem que nos fornece indicações susceptíveis de apontarem para leituras frequentes em disponibilidade precisa. Efectivamente, a referência é nominal e explícita quanto ao título da obra utilizada e até quanto à localização do passo citado no respectivo texto. É certo que o número de obras ciceronianas referidas é reduzido, pois se limitam fundamentalmente a quatro (já que o passo que utiliza do *De senectute* parece vir de Agostinho e não há que contar com outro que remete para o *De re publica*, pois também procede da mesma fonte); porém, a concentração das referências permite também entender que se trata de fixação, por conhecimento directo, e com intenção argumentativa. Quer-nos parecer que há não só motivação, mas também intensificação de leitura; esta recai sobre as obras de carácter moral.

Veja-se a distribuição de uso no texto (na coluna da direita indica-se o volume da edição e a respectiva página):

1	<i>De offic.</i> 1, 13 et 3, 26 (et Aug. <i>Ciu. Dei</i> 15)	1, 068
2	<i>De senect.</i> (Aug. <i>Ciu. Dei</i> 18)	1, 068
3	<i>De offic.</i> 3 (Aug. <i>Ciu. Dei</i> 5)	1, 072
4	<i>De offic.</i> 3	1, 080
5	<i>Tusc.</i> 1, 2, 4	1, 168
6	<i>De offic.</i> 1, 8, 26	1, 180
7	<i>De rep.</i> (Aug. <i>Ciu. Dei</i> , 5, 13, 9)	1, 180
8	<i>De amic.</i> 100	1, 330
9	<i>De amic.</i> 51	1, 330
10	<i>De offic.</i> 3, 10	1, 330

(segue)

(51) Servimo-nos da edição de Álvaro Pais, *Espelho dos reis*, ed. trad. Miguel Pinto de Meneses, Lisboa 1963. Infelizmente, a edição não procedeu a identificações e nalguns casos há que recuperar formas que não correspondem ao próprio original e até sofreram alteração por parte do editor, em atitude excessivamente zelosa e infundada.

11	<i>De inuent.</i> 2, 53 ( <i>Rhet.</i> II)	1, 344
12	<i>Tusc.</i> 5, 21	1, 356
13	<i>De offic.</i> 1, 22, 76	1, 358
14	<i>De inuent.</i> 2, 54, 164	1, 360
15	<i>De offic.</i> 1, 40, 142	1, 386
16	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163 ( <i>Rhet.</i> II)	1, 392
17	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163 ( <i>Rhet.</i> II)	1, 392
18	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 398
19	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 400
20	<i>Philipp.</i> 13, 46 ( <i>Aug. Epist.</i> 5 / 1389)	1, 408
21	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163 ( <i>Rhet.</i> II)	1, 416
22	<i>De offic.</i> 1, 43	1, 432
23	<i>De offic.</i> 1, 43	1, 434
24	<i>De offic.</i> 1, 43, 153	1, 436
25	<i>De offic.</i> 1, 43, 153	1, 436
26	<i>De inuent.</i> 2, 53, 160	1, 438
27	<i>De offic.</i> 1, 22	1, 442
28	<i>De inuent.</i> 2, 54 ( <i>Prima Rhetorica</i> )	1, 460
29	<i>De offic.</i> 1, 28	1, 460
30	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 464
31	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 466
32	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 474
33	<i>De offic.</i> 1, 25	1, 476
34	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 482
35	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 482
36	<i>De inuent.</i> 2, 53, 161	1, 484
37	<i>De offic.</i> 1, 40	1, 484
38	<i>De offic.</i> 1, 20, 66	2, 112
39	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163	2, 114
40	<i>Epist. Fam.</i> 5, 16, 4	2, 130

(segue)

41	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163	2, 140
42	<i>Rhet. Herenn.</i> 4, 17	2, 220
43	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163	2, 230
44	<i>Phillip.</i> 8, 29	2, 238
45	<i>Tusc.</i> 2, 4, 11	2, 238
46	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163	2, 242
47	<i>De offic.</i> 1, 25, 85	2, 244
48	<i>De inuent.</i> 2, 53, 160	2, 246
49	<i>De offic.</i> 2, 11, 40	2, 252
50	<i>Paradoxa Stoic.</i> 34	2, 344
51	<i>Tusc.</i> 3, 25, 61	2, 380

Agrupando, por obra utilizada, chegaremos a um quadro complementar, em que número de ocorrências e sua distribuição fornecem dados de ter também em conta:

1	<i>De amic.</i> 100	1, 330
2	<i>De amic.</i> 51	1, 330
3	<i>De inuent.</i> 2, 54 ( <i>Prima Rhetorica</i> )	1, 460
4	<i>De inuent.</i> 2, 53 ( <i>Rhet. II</i> )	1, 344
5	<i>De inuent.</i> 2, 53, 160	1, 438
6	<i>De inuent.</i> 2, 53, 160	2, 246
7	<i>De inuent.</i> 2, 53, 161	1, 484
8	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 398
9	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 400
10	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 464
11	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 466
12	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 474
13	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 482
14	<i>De inuent.</i> 2, 54	1, 482
15	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163	2, 114

(segue)

16	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163	2, 140
17	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163	2, 230
18	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163	2, 242
19	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163 ( <i>Rhet.</i> II)	1, 392
20	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163 ( <i>Rhet.</i> II)	1, 392
21	<i>De inuent.</i> 2, 54, 163 ( <i>Rhet.</i> II)	1, 416
22	<i>De inuent.</i> 2, 54, 164	1, 360
23	<i>De offic.</i> 1, 13 et 3, 26 (et <i>Aug. Ciu. Dei</i> 15)	1, 068
24	<i>De offic.</i> 1, 20, 66	2, 112
25	<i>De offic.</i> 1, 22	1, 442
26	<i>De offic.</i> 1, 22, 76	1, 358
27	<i>De offic.</i> 1, 25	1, 476
28	<i>De offic.</i> 1, 25, 85	2, 244
29	<i>De offic.</i> 1, 28	1, 460
30	<i>De offic.</i> 1, 40	1, 484
31	<i>De offic.</i> 1, 40, 142	1, 386
32	<i>De offic.</i> 1, 43	1, 432
33	<i>De offic.</i> 1, 43	1, 434
34	<i>De offic.</i> 1, 43, 153	1, 436
35	<i>De offic.</i> 1, 43, 153	1, 436
36	<i>De offic.</i> 1, 8, 26	1, 180
37	<i>De offic.</i> 2, 11, 40	2, 252
38	<i>De offic.</i> 3	1, 080
39	<i>De offic.</i> 3 ( <i>Aug. Ciu. Dei</i> 5)	1, 072
40	<i>De offic.</i> 3, 10	1, 330
41	<i>De rep.</i> ( <i>Aug. Ciu. Dei</i> 5, 13, 9)	1, 180
42	<i>De senect.</i> ( <i>Aug. Ciu. Dei</i> 18)	1, 068
43	<i>Epist. Fam.</i> 5, 16, 4	2, 130
44	<i>Paradoxa Stoic.</i> 5, 34	2, 344

(segue)

45	<i>Philipp.</i> 13, 46 (Aug. <i>Epist.</i> 5 / 1389)	1, 408
46	<i>Phillip.</i> 8, 29	2, 238
47	<i>Rhet. Herenn.</i> 4, 17	2, 220
48	<i>Tusc.</i> 1, 2, 4	1, 168
49	<i>Tusc.</i> 5, 21	1, 356
50	<i>Tusc.</i> 2, 4, 11	2, 238
51	<i>Tusc.</i> 3, 25, 61	2, 380

Ao todo, temos 51 ocorrências de citações sob o nome de Cícero, com referência expressa. As obras referidas nessas condições são uma dezena (deixemos de parte a genuinidade da atribuição, no caso específico da *Rhetorica ad Herennium*, cuja presença, no caso, é mínima). São elas: *De amicitia* (2); *De inuentione* (20); *De officiis* (18); *De republica* (1); *De senectute* (1); *Epist. Fam.* (1); *Paradoxa stoicorum* (1); *In M. Antonium / Philippicae* (2); *Tusculanae* (4); *Rhet. Herenn.* (1). Duas obras (*De inuentione* e *De officiis*) parecem ter fornecido uma leitura mais extensiva.

Os títulos apontados não recobrem, por certo, quanto hoje conhecemos do elenco das obras ciceronianas, mas não ficam atrás dos que encontramos em autor tão representativo como Dante (52). Esse número de citações seria, por outro lado, tanto mais significativo para definir a cultura do autor e do contexto em que vive quanto se estabelecesse comparação entre o uso de Cícero e o resto dos autores que formam a panóplia de autoridades a que Álvaro Pais recorre e que começa (1, 42) por Júlio César (*De bello gallico*, em passo que não identificamos) e se alarga por Valério Máximo, ou Solino e Vegécio, passando por Séneca, T. Lívio, Ovídio, Pérsio, Juvenal, Quinto Cúrcio, entre outros, além dos Padres da Igreja, particularmente Agostinho, ou autores escolásticos, nomeadamente Pedro Comestor e João de Salisbúria (não identificado como tal, mas utilizado através do *Policrático* – passado a nome próprio sob o disfarce de *Policratus*, designação que persiste em Zurara e em outros autores).

Será necessária alguma subtilidade de análise para extrair daqui qualquer proposta de conclusões, pois os dados não estão acessíveis e precisa-

(52) Compare-se com o universo das citações de Dante, que cita Cícero umas 50 vezes: Cv II, 12, 3; 15, 1; IV, 5, 19; Inf. 4, 141.: *De amicitia*: Cv I, 12, 3; 2, 12; *De finibus*: Cv I, 11, 14; IV, 6, 12; *De inuentione*: M II, 5, 2; Ep. 13, 49; *De offic.* Cv IV, 8, 2-3; 15, 2; 24, 9; 25, 9; 27, 12, 15; M II, 5, 7, 17; 7, 12; 9, 3; *Paradoxa*: Cv IV, 12, 6; *De senectute*: Cv II, 8, 9; IV, 21, 9; 24, 6, 8; 27, 16; 28, 3, 6; 29, 7. Servimo-nos do elenco constituído para Dante, *Oeuvres Complètes*, por André Pézard, Paris, Gallimard, 1965. A comparação com o elenco de Álvaro Pais dá-lhe vencimento sobre Dante, embora este apresente uma obra que não figura naquele.

rão de ajustamento para aquilatar a sua relevância. É facto que nem sempre é líquido nem totalmente unívoco o valor de leitura de todos os passos. Se, num caso ou noutro, Álvaro Pais é explícito quanto ao intermediário(53), no caso de Cícero, os passos lidos por fonte entreposta (especificamente Agostinho no *De ciuitate dei*), são apenas 7 entre 51: 1 *De senectute*, 1 *De republica*, 1 *In M. Antonium*, 4 (de entre 18 referências) do *De officiis*. Nos restantes, a leitura parece ser própria e directa.

Porém, quaisquer que sejam as restrições que haja a fazer quanto aos casos tratados, não pode deixar de ser significativo que em meados do séc. XIV se alargue tão declaradamente o panorama dos autores e com eles se constitua uma teia de referências que estruturam a cultura dominante, representada, no caso, por um eclesiástico que, embora com formação bolonhesa e curial pontifício, é bispo residencial (de Silves, no Algarve português), polemiza com a autoridade régia local e toma o rei hispânico (Afonso XI, de Castela) como destinatário da obra apontada. Na realidade, a integração de Cícero na argumentação do jurista e moralista que é Álvaro Pais não difere da que vamos encontrar nos pregadores que são Fr. João de Xira e Martim Pais nas suas exortações à guerra, em vésperas do cometimento bélico contra a praça forte de Ceuta.

#### 6. Cícero, uma presença que se vai radicando

Por limitadas que tenham de ser as nossas conclusões, há dados que se impõem.

Partimos de duas personalidades da conhecida geração de Avis, D. Duarte e D. Pedro. Atendo-nos a elas, é legítimo reconhecer que existe um momento de visibilidade de recepção da obra ciceroniana na cultura portuguesa na primeira parte do séc. XV. O *De inuentione*, o *De amicitia* e o *De officiis* dão perspectivas claras de interesses que buscam apoio no Arpinate e que correspondem a leituras que tomavam largo curso naquele tempo(54).

(53) Refira-se uma ocorrência para Júlio César que é tomada das *Decretais*, *Dist.* 96, cap. *Constantinus*.

(54) O elenco conhecido das traduções vai-se alargando. Recordem-se alguns dados; em francês: *De Rhetorica / De inuentione*, por João de Antioquia, 1272, *De senectute*, 1405, e o *De amicitia*, em 1416, por Laurent de Premierfait, *De officiis*, 1425, por Enguerrand Bourré, por um anónimo para Tanneguy du Chastel, 1461, *Epistola ad Quintum fratrem* de Jean de Miélot, 1468, *Pro Marcello*, em tradução anónima; em italiano, as *Fiore di Rettorica* de Guidotto da Bologna servem-se da *Rhetorica ad Herennium*, Brunetto Latini traduz, em paráfrase, o *De inuentione* de Cícero, o mestre de Dante verte quatro discursos do Arpinate (*Pro Marcello*, *Pro Ligario*, *Pro Deiotaro rege*, *In Catilinam*); para castelhano, Gonzalo Vidal de la Caballaria traduz, em finais do séc. XIV, *De officiis*, *De amicitia*; de Alfonso de Cartagena, *De officiis*, *De senectute*, *Pro Marcello*, *De inuentione*; Fernando de Pulgar, *De amicitia*, *De senectute*, havendo a mencionar ainda uma tradução anónima dos *Paradoxa*. Cf. J. Monfrin, *op. cit.*; Francesco Maggini, *I Primi volgarizzamenti dai classici latini*, Firenze 1952; Carlo Segre, *Volgarizzamenti del Due e Trecento*, Torino 1953; Robert H. Lucas, *Mediaeval*

Essas duas figuras, porém, não se explicam por si e não são mais que a face visível de um espectro cultural mais amplo que corresponde ao conjunto da cultura europeia e tem expressões anteriores, como o caso de Álvaro Pais permite documentar. Se houve influências exteriores, elas não são sentidas nem invocadas como motivadoras, mas acolhidas e integradas sem confrontos (assim, se Alfonso de Cartagena reagiu a informações recolhidas em Lisboa a propósito da nova tradução da *Ética* aristotélica, esse debate passa à margem de toda e qualquer personalidade portuguesa)(55).

De qualquer modo, o recurso à obra ciceroniana, em contexto português, apresenta alterações qualitativas no decurso do séc. XIII para o séc. XIV e ganha novas formas no séc. XV. Efectivamente, do anonimato de sentença atribuída a uma autoridade, colhida em algum florilégio, passa-se para a referência directa e explícita; depois procura-se a obra para leitura – a texto aberto, primeiro, e, depois, em texto traduzido para língua vernácula. D. Duarte e sobretudo D. Pedro, dois Infantes da corte de Avis, têm nisso uma representatividade inegável.

O alargamento da comunidade textual assim obtido tem na base uma nova consciência cívica, de que as letras fazem parte da acção colectiva e a convicção de que os testemunhos do passado servem o presente. Trata-se de um novo humanismo que ultrapassa as fronteiras da erudição académica, susceptível de ser testemunhado em textos como o *Speculum Regum* de Álvaro Pais, onde a personalidade de Cícero é manifestamente a autoridade de argumentação (ao lado do ‘poeta’ por excelência que, no caso, é Horácio).

Tal autoridade ganha no novo contexto do séc. XV foros de familiaridade, como parece deduzir-se do *Livro da Virtuosa Benefeytoria* (obra constituída sobre o *De beneficiis* de Séneca pelo Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, e reformulada na versão final por Fr. João Verba, a instâncias daquele príncipe): de facto, a designação pelo nome próprio, Túlio, pode não denunciar essa familiaridade (já que ele era habitual nas referências); mas o epíteto de «gracioso rectorico» revela tanto respeito e apreço como deleite na sua leitura(56).

*French Translations of the Latin Classics*, «Speculum» 45, 1970, 225-253. Apesar das lacunas e deficiências que apresenta neste domínio (cf. Carlo Dionisotti, *Tradizione classica e volgarizzamenti*, «Italia Medievale e Umanistica» 1, 1958, 427-431), não se poderá deixar de mencionar o elenco constituído, a seu tempo, por R. R. Bolgar, *The Classical Heritage and Its Beneficiaries*, Cambridge 1954.

(55) Será de reconhecer que em Basileia, onde a questão com Bruni viria a terreiro, as tensões entre portugueses e castelhanos andavam por outro domínio, pois a polémica era agora a disputa das Ilhas Canárias e nela Alfonso de Cartagena representava os interesses do rei de Castela.

(56) O passo é da p. 132 da ed. cit. e é referido como sendo tomado de *De beneficiis*: «Tulio Cicero, gracioso rectorico, diz, em seu livro dos beneficios, que todalas cousas que se geram em a terra foram criadas pera uso dos homeens e elles nacerom en aqieste mundo pe-

As traduções vernáculas acentuam a recepção das obras ciceronianas. É solicitada a tradução do *De inuentione* a Alfonso de Cartagena pelo então príncipe D. Duarte; virá depois a tradução do *De amicitia*, ao cuidado de Fr. João Verba, mas com a anuência do seu patrono, o Infante D. Pedro – que não deixa de comentar o conteúdo do livro; este, por seu lado, toma à sua conta a tradução do *De officiis*, em situação que nos parece integrada com o assumir de responsabilidades cometidas pela tutoria do sobrinho, mais tarde rei, D. Afonso V; posteriormente, virá o *De senectute* que Vasco Fernández de Lucena dedicará ao mesmo Infante D. Pedro.

O movimento que assim se reconhece integra-se nas tendências europeias, bem visível nas traduções que vão ganhando terreno (57). O *De amicitia* tivera em Laurent Premierfait, em 1416, a primeira versão para língua novilatina; o *De officiis* fora vertido para castelhano por Alfonso de Cartagena, em 1422. Não será por acaso certamente que, na corte de Filipe, o Bom, em que a Duquesa Isabel de Portugal exercia influência intelectual de primeiro plano, os textos de Cícero recolhiam favores evidentes tanto nas traduções de Jean Miélot, como em exemplares menos habituais nas bibliotecas das cortes do norte da Europa àquela data (58). A formação do herdeiro Carlos, o Temerário, tinha em Isabel de Portugal, sua mãe, a principal promotora; não será sem significado especial que as leituras que ela lhe proporciona sejam similares àquelas que os seus tios em Portugal buscavam como fonte inspiradora para assegurar a formação do príncipe Afonso, filho de D. Duarte.

ra de sy meemos receberem proveyto». Não conseguimos desfazer o equívoco do título da obra nem identificar o passo, mas julgamos que, mesmo que o equívoco seja sobre a obra de Séneca, ele revela uma fixação sobre o autor e isso nos basta. São 11 as referências a Cícero (nem sempre identificados) no livro em causa: p. 57 (*Rhetorica*); 67 (*Primeyra Rhetorica*); 79 (*De offic. II*); 132 (*De beneficiis*); 135; 136; 150; 264; 293 (*Rhetorica II*); 295 (*Rhetorica*); 297.

(57) Aires A. Nascimento, *Os textos clássicos em período medieval: tradução como alargamento de comunidade textual*, in *Raízes greco-latinas da cultura portuguesa. Actas do I Congresso da APEC, Coimbra 1999*, 41-70.

(58) Charity Cannon Willard, *op. cit.*, 528, refere-se nomeadamente ao *De officiis*, *De amicitia*, *De senectute*, *rhetorica*, *epistulae familiares*. Cf. R. Bossuat, *Jean Miélot, traducteur de Cicéron*, «Bibliothèque de l'École des Chartes» 99, 1939, 99-104; J. Monfrin, *Humanisme et traductions du Moyen Âge*, «Journal des Savants», Juillet-Septembre, 1963, 182-183; Id., *Humanisme et traductions au Moyen Âge*, in *L'humanisme médiéval dans les littératures romanes du XII<sup>e</sup> au XIV<sup>e</sup> siècle (Colloque Strasbourg 1962)*, Paris 1964, 217-246. Sobre Isabel de Portugal, cf. M. Sommé, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV<sup>e</sup> siècle*, Paris 1998. Esperamos que sobre os textos acima referidos o novo catálogo da biblioteca dos Duques da Borgonha venha a proporcionar informações mais específicas: cf. *La Librairie des ducs de Bourgogne. Manuscrits conservés à la Bibliothèque royale de Belgique*, ed. Bernard Bousmanne - Céline van Hoorebeek, Turnhout 2000-2003 (em curso).

O processo de leitura ciceroniana em Portugal irá continuar. As orações de início de ano escolar nas Universidades terão o *Pro Archia* como modelo e os tratados ciceronianos fornecem o conteúdo necessário para a circunstância (59). Algumas figuras se apresentam em maior relação com ela: Damião de Góis (com tanta imprudência quanto os ardores de noviço perdoam) (60), ao frequentar a universidade de Pádua, não deixa de fazer profissão de fé ciceroniana junto de Erasmo, em moldes que o Mestre desculpa, mas vitupera por má compreensão da sua mensagem fundamental (61); ele próprio, nas horas tiradas ao descanso, traduz para português o *De senectute*, que sai publicado em 1538 (62). Jerónimo Osório, alguns anos mais tarde, fará gala em imitar Cícero em crónica que se serve de obra daquele outro humanista (63). António Gouveia e Aquiles Estação revelam, entretanto, o trabalho humanista de dois homens de formação diversa mas não menos atentos ao estudo do Arpinate (64). Revelam eles dois momentos culturais tanto como duas personalidades distintas. O hu-

(59) Américo da Costa Ramalho, *Cícero nas orações universitárias do Renascimento*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto 'Línguas e Literaturas'» 2ª ser., 2, 1985, 29-46.

(60) Cf. Aires A. Nascimento, *Damião de Góis, tradutor: perspectivas para uma integração cultural*, in *Damião de Góis na Europa do Renascimento. Actas de Congresso Internacional*, Braga, Faculdade de Filosofia da Univ. Católica Portuguesa, 2003, 233-265.

(61) Não há obviamente que esquecer a doutrina do Mestre, exposta no *Dialogus Ciceronianus*, Basileae 1528, cuja aceitação em Itália não foi pacífica, situação que Damião de Góis não terá compreendido de início. Cf. Desiderio Erasmo da Rotterdam, *Il Ciceroniano o dello stile migliore*, ed., trad., introd. Angiolo Gambaro, Brescia 1965. Faz-nos notar J. V. Pina Martins que é errônea a afirmação, feita na pag. X, de que esta obra de Erasmo «non ebbe in Italia, nè allora nè in tempi vicini a noi, l'onore di una edizione»; efectivamente na biblioteca pessoal deste erudito português existe uma edição de Venetiis 1531. Tal dado não é de pouca importância para reconstituir o clima criado em torno da obra erasmiana.

(62) *Livro de Marco Tullio Ciceram chamado Catam maior, ou da velhiçe, dedicado a Tito Pomponio Attico*, Em Venetiis, Stevão Sabio, 1538. O parco conhecimento dessa edição, escarpelizado, com acribia singular, por Francisco Leite de Faria, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa 1977, nº 3, é agora suprido pela documentação recolhida sobre novos exemplares: em Oxford, T. F. Earle, em Abril de 2000, satisfazendo um pedido de informação bibliográfica solicitada por Harvey Sharrer, pôde comprovar a existência de um exemplar dessa mesma tradução, na Codrington Library do All Souls College, de Oxford. A edição oitocentista (feita a partir de exemplar que possuía o Patriarca de Lisboa, D. Francisco de São Luís – mais conhecido por Cardeal Saraiva) que saiu em Lisboa, na Typographia Rollandiana, 1845, apenas traz a indicação de que se trata de 'nova edição'. Manuel Cadafaz de Matos procedeu a 'edição semi-diplomática' de novo exemplar, entretanto recuperado num alfarrabista por João Alves Dias. Já Joaquim de Vasconcelos tinha interpretado como 'manuscrito original' a cópia que se encontra na Bibl. Mun. Porto, Ms. 671 / olim Ms. 691; F-3; os novos editores não tiveram isso em conta.

(63) Hieronymus Osorius, *De rebus Emmanuelis regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio gestis libri duodecim*, Olissipone 1571.

(64) Cf. Apêndice, que tomamos de *HISLAMPA. Autores Latinos Peninsulares da época dos Descobrimentos (1350-1560)*, ed. Manuel C. Díaz y Díaz, Aires A. Nascimento et alii, Lisboa 1993.

manismo jesuítico introduzirá em ensino orgânico os textos ciceronianos(65).

Enfim, se a presença ciceroniana não é dominante na cultura portuguesa, há pelo menos que descortinar traços que lhe correspondem num perfil que interessa ao conjunto europeu em que se integra. Pelo que apontámos, Cícero está presente em momentos muito concretos e muito empenhados da vida portuguesa e constitui marco na afirmação de um humanismo cívico que fundou a Europa de que fazemos parte.

#### APÊNDICE

#### ANTONIUS DE GOUVEIA (GOVEANUS)

*Commentarius in M. T. Ciceronis Topica eiusdem ad L. Imperium de Iurisdictione omnium iudicum*

Parisiis 1543.

Parisiis 1545 Simon Colinaeus = Lisboa BN L 868 P; PBN Res X. 2302; -, Res X. 2261; Paris B Arsenal 8º BL 2261; -, 2262; Grenoble BM; Bordeaux BM; Roma BN 6.8.G.8a; Illinois BU; Zurich BC Z.Oc. 453.

Parisiis 1546 I. Lodoicus J. L. Tiletanus = LBL G9322(1).

Parisiis 1549 Th. Richardus = Bruxelles BR II.7850; Munchen SB 4ºA.alt.b.120(1).

Parisiis 1550 Th. Richardus = PBN Res X. 1059(2); Paris B Arsenal 4º 1202; Den Haag BR 145.D.4(2).

Parisiis 1554 Th. Richardus = PBN X. 3122.

Parisiis 1555.

Parisiis 1556 Th. Richardus = PBN Res X. 1058 bis(2).

Parisiis 1557 Th. Richardus = Bordeaux BM.

Parisiis 1561.

Parisiis 1569 Mich. Vascosanus = Grenoble BM.

*In M. T. Ciceronis Libros de Legibus annotationes nunc primo in lucem editae*

Parisiis 1552 Th. Richardus = PBN \*E 255(3).

*In M. T. Cic. Orationem in Vatinius testem Commentarius*

Parisiis 1542 J.-L. Tiletanus = PBN X. 3116(4); Paris B Mazarine 4º 10305; Escorial; Coimbra BU R-16-4(3); Roma B Vallicelliana S. Borr. Q.V.183(6).

(65) Valha, pelo significado que tem, o facto de que a *Ratio Studiorum* foi experimentada em colégios portugueses antes de se ter tornado norma para a Companhia de Jesus; quanto a isso, permitimo-nos remeter para o ensaio que fizemos em Aires A. Nascimento, *Laudes Studiorum: o Humanismo jesuítico dos primórdios (no centenário de Anchieta e da Ratio Studiorum)*, in *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra. Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto 2001, 39-63.

*In M. T. Cic. Somnium Scipionis ex libro de Republica sexto commentarius*

s.l. s.i. s.d. = Coimbra BU R-16-4.

*In primos duos Libros Epistolarum M. T. Cic. Commentarius*

Parisiis 1544 L. Grandinus = LBL G 9323(2); Coimbra BU R-16-4(4); Roma B Casanatense Misc. 4<sup>o</sup> vol. 284.

*M. T. Ciceronis ad M. Brutum Orator*

Parisiis s. a.[1542-1544] Michael de la Guierche = PBN X. 3126.

*M. T. Ciceronis De Legibus Dialogi tres cum argumento Antonii Goveani*

Parisiis 1543 Guillelmus le Bret = PBN (refert F. Renouard).

#### ACHILLES ESTAÇO (STATIVS)

*Adnotationes autographae in Homerum, in Ciceronem de Legibus et de Oratore in Aristotelicos libros Physicorum et Rethoricorum, in T. Livii Historiam Romanam. Item Sententiae ad dicta spiritualia...*

ms Roma B Vallicelliana, D. 37 (autogr.).

*Appendiculae explanationum... in libros tres Tullii Ciceronis De optimo genere oratorum, Topica. De fato atque observationes rerum aliarum*

Antuerpiae 1553 Martinus Nutius = Roma B Vallicelliana: S. Borr. H. 1. 1611; Vila Viçosa BP 173; PBN X17096; Roma BN 6.34.G.15; Vaticana Racc. I.V.1563(int. 2).

*Appendiculae explanationum... in libros tres Tullii Ciceronis De optimo genere oratorum, Topica. De fato atque observationes rerum aliarum*

Antuerpiae 1553 Martinus Nutius = Roma B Vallicelliana: S. Borr. H. 1. 1611; Vila Viçosa BP 173; PBN X17096; Roma BN 6.34.G.15; Vaticana Racc. I.V.1563 (int. 2).

*Commentarii in librum Ciceronis de Fato*

Lovanii 1551 Servatius Sarsenus = Roma B Vallicelliana, S. Borr. Q. IV. 195 (3); Roma BN 6.34.G.15; Vaticana Racc. I.V.1563 (int. 1).

*M. T. Ciceronis De optimo genere oratorum liber... in eundem comentarii*

Lutetiae 1551 apud Vascosanum = Rio de Janeiro BN.

Lovanii 1552 Arn. Birckmanius = Roma Bib. Vallicelliana S. Borr.  
Q. IV. 195.

*M. T. Cic. ad Trebatium Iurisconsultum Topica. In eadem Barth. Latoni enarrationes Ph. Melanchtonis & Ch. Hegendorphini scholia Ant. Goueani Commentarius. Quibus additum est... ad aliorum comm. epitoma*

Parisiis 1549 Thomas Richardus = Bruxelles BR II.7850; München SB 4° A  
alt.b.120(1).

*Praefatio in Topica Ciceronis (ed. post Syluulae duae; inseq. Oratio quodlubetica)*

Lovanii 1547.

Parisiis 1549 Thomas Richardus = Bruxelles BR II.7850.

*Elegantiarum ex M. T. Ciceronis Epistolis libri tres*

Romae 1601.